

completa ← não há a def. política
s/ " econômica e cultural

1) Memória do colonizador
2) des. do
3) Noet

- (Saudações)

É na plena consciência do lugar decisivo que à O.N.U. cabe na construção de um mundo mais justo e livre, mais seguro e solidário, mais pacífico e responsável, que hoje aqui me encontro, representando um país cuja política externa vem sendo definida e executada no rigoroso respeito pelos princípios básicos da Carta. Como esta, defendemos a independência soberana dos Estados e as suas identidades nacionais; a igualdade das Nações e não ingerência nos respectivos assuntos internos; a solução pacífica dos conflitos internacionais e a cooperação com todos os Povos dentro de um quadro de justiça e liberdade. Como ela, temos denunciado as diversas formas de opressão e colonialismo; procurado contribuir para que sejam apagadas as manchas ainda persistentes de dominação rracica; e colaborado na defesa do direito dos Povos à auto-determinação e à segurança nacional.

Fundação Cuidar o Futuro

País velho de muitos séculos, que soube talhar a sua história no convívio fecundo com outras gentes, culturas e realidades, Portugal encontra-se hoje empenhado em prosseguir com firmeza na ordem externa este caminho de respeito mútuo, assente afinal em valores morais que correspondem às linhas mais íntimas do sentimento nacional português.

Quis assim ter a honra de vir aqui trazer o preito de homenagem do meu Governo e do Povo do meu país a esta Organização que, nascida num momento de incerteza mas também já de esperança, depressa foi preenchendo espaços de intervenção cada vez mais largos da vida da Comunidade Internacional — na política, na cultura, na economia, na ciência, na técnica, no progresso social.

/...

out

out

Zonas de influência

Obra humana feita para homens, decerto que ao longo deste anos tem registado derrotas, bloqueamentos, ambiguidades, e que nem sempre tem conseguido assegurar a paz e a justiça entre os Estados que demandam a sua protecção, ou sequer garantir o cumprimento de algumas das suas próprias decisões. Por outro lado, embora o princípio da igualdade dos Estados constitua um dos pilares fundamentais da sua Carta, nela também se reflecte parte da realidade concreta da repartição do poder mundial, não se subtraindo assim à malha paralisante dos interesses de grandes potências ou blocos.

Todavia, se haverá que reconhecer a necessidade de corrigir situações, estruturas e mecanismos que internamente afectam a capacidade da Organização para cumprir de modo integral as suas finalidades básicas ou esgotar com eficácia todas as suas potencialidades de intervenção, importa igualmente sublinhar, a par da sua importância como foro internacional onde a convivência diplomática substitui isolamentos ou rupturas bilaterais, o papel decisivo que ela tem desempenhado na defesa da paz e segurança internacionais, ou — recorde-se o seu vitorioso esforço descolonizador — na promoção de um mundo mais igual e justo.

referir

Do mesmo modo, a acção das numerosas Agências e Organismos no vasto quadro de domínios por que se desdobra — criando novas ideias, estabelecendo convergências, executando programas — constitui factor fundamental e dinâmico de progresso humano. Afirmo-o com muito particular satisfação, pois foi-me dado acompanhar nestes últimos anos, na UNESCO, — a cujo Conselho Executivo me orgulho de pertencer — essa persistente e nem sempre conhecida ou compreendida batalha por um mundo melhor, no prosseguimento incansável dos objectivos que inspiram esta Organização.

124 guerras 60
80 } super-potências

euromercado
norte

Senhor Presidente

A agenda dos trabalhos desta Assembleia reflecte — pelo enunciado das questões que nos propõe — a complexidade da presente conjuntura internacional, ao mesmo tempo que nos recorda, pelo arrastamento de temas já tratados em anos anteriores, a dificuldade da Comunidade das Nações em elaborar e executar caminhos e soluções para os principais conflitos que hoje põem em perigo a paz, a segurança e progresso comuns. Nas diversas faces da vida internacional — do campo político ^{ao económico ou} militar — persiste um perigoso espírito de confrontação, alimentado por rivalidades ideológicas, pelo embate de interesses divergentes de vários grupos de países, e por preocupantes estratégias de expansionismo.

Permanecem igualmente as graves tensões derivadas da continuação de situações coloniais ou neo-coloniais e de condenáveis práticas racistas; as profundas desigualdades económicas; a violação sistemática e impune dos direitos humanos; a prossecução e alargamento, mesmo em quadrantes pobres do globo, de vastas políticas armamentistas. O quadro que se nos apresenta é sombrio, e, infelizmente, estamos ainda longe do espírito solidário de harmonização de interesses nacionais que os princípios da Carta tão claramente aconselham. Da presente situação, e do agravamento que a crise económica mundial já prenuncia, decorrem assim acrescidas responsabilidades para as Nações Unidas, que o mesmo é dizer para todos nós, em procurar com lucidez vias realistas de concertação e progresso.

Pela parte que a Portugal cabe, desejamos sublinhar a disponibilidade portuguesa de contribuir activamente, — na inteira fidelidade dos princípios que aqui nos regem, — para a consolidação da paz e entendimento a que aspiramos. A funda e antiga tradição humana de tolerância e diálogo que o meu País construiu na convivência com outros

flexibilidade dos sistemas
nhas nos afecções

independência
2011

política externa nasce do
conceito de transição e nos modelos
a vida interna

povos num esforço que a História regista, bem como a sua irreversível vontade actual de defender os valores democráticos, impõem a Portugal um dever de colaboração com a O.N.U. particularmente qualificado, que não regatearemos, nem descuremos. A nossa presença no Conselho de Segurança entendemo-la justamente como o reconhecimento concreto pela Comunidade das Nações do valor de um passado e das potencialidades de intervenção da experiência portuguesa perante grupos importantes da família internacional a que nos encontramos histórica ou culturalmente ligados. Ao mesmo tempo, a acção externa que Portugal aqui cumprirá não poderá deixar de reflectir a consolidação no plano interno das instituições democráticas e da institucionalização irreversível do pluralismo ideológico.

desenvolver
como
política
conceito de
externa

Do mesmo modo, ela se inspirará pela tradicional vocação de projecção exterior do país; pela fidelidade às solidariedades que a sua história, a coincidência de raízes culturais e os próprios valores morais do Povo determinam; enfim, pelas ligações que um pouco por todo o mundo fomos construindo e desejamos hoje preservar e desenvolver.

Fundação Cuidar o Futuro

Não se estranhará, pois, a firme opção europeia em que o país se encontra empenhado, na exacta consciência do seu dever de participar na construção política de uma nova Europa. O processo de adesão à C.E.E.; uma activa presença no Conselho da Europa; a ampliação dos laços com os parceiros da EFTA constituem — para além do reforço das respectivas relações bilaterais tradicionais — manifestações claras de uma intenção que ultrapassa meras vantagens ou condicionalismos geo-políticos para reflectir sobretudo uma escolha inspirada nos princípios ético-jurídicos decorrentes da sensibilidade e dos valores íntimos da própria nação portuguesa.

Acto Final de Helsínquia

Paralelamente, da correcta interpretação da identidade cultural e histórica do país deriva um outro caminho imperativo e complementar: o do diálogo estreito com espaços geográficos e políticos — como o Africano e o Americano — onde permanece funda a memória da anterior presença portuguesa. Nesta perspectiva, temos procurado formar com os países que recentemente descolonizámos laços de irrepreensível respeito, num plano que desejamos fraterno e igual, e na consciência de que deste modo concorreremos para o reforço da solidariedade mundial. As próprias dificuldades que em alguns casos temos de-
 frontado na apreciação do inevitável contencioso pós-colonial reflectem, numa das suas faces, uma preocupação — nem sempre compreendida — de respeito pela soberania: com efeito, outra defesa menos clara dos interesses nacionais, diferente da que usamos com outros Estados soberanos, esconderia um paternalismo que somos os primeiros a não desejar assumir.

Fundação Cuidar o Futuro

Ao saudar os Povos irmãos no idioma comum — hoje património de um importante espaço humano que se reparte pelo mundo — não hesitamos em reafirmar a nossa confiança nos diferentes, livres, mas solidários destinos dos países em que a língua portuguesa é traço de ligação, e que a recente morte do Presidente Agostinho Neto de Angola, — a cuja memória aqui presto sentida homenagem, — veio tomar inesperadamente mais pobre.

Nação medularmente europeia, Portugal soube construir ao longo da sua História uma estreita malha de relações com outros Povos de outros Continentes, num amplo intercâmbio humano e cultural que deixou fundas raízes em África, na Ásia ou na América. E se pela geografia, pela cultura, pelos valores morais, ou pela própria estrutura social somos profundamente europeus, o longo convívio que estabelecemos com gente de outros quadrantes e diversas civilizações deu-nos uma especial sensibilidade para melhor entendermos os problemas e anseios de muitos dos que ainda hoje lutam por um mais justo desenvolvimento.

out /

Com efeito, sempre a vertente atlântica — voltada para África e para a América — constituiu caminho natural da projecção externa dos portugueses que ali teceram laços de solidariedade e aprenderam a olhar o mundo de uma perspectiva mais ampla e tolerante: isto é, mais correcta.

out /

A este factor histórico, acresce ainda que Portugal, país de estrutura económica intermédia, partilha em larga medida alguns dos problemas e aspirações desses Povos na batalha comum por um desenvolvimento nacional integrado.

out /

Consideramos assim ser nosso dever perante a Comunidades das Nações procurar utilmente contribuir como interlocutor, — na medida da nossa experiência e na clareza da nossa qualidade europeia —, para um mais dilatado diálogo e para uma maior compreensão entre os espaços políticos a que pertencemos ou a que a História nos ligou. Ao fazê-lo, temos a consciência de que deste modo poderemos prestar — a uns e outros — um serviço efectivo e realista para reforço da cooperação e estabilidade internacionais.

II

Senhor Presidente:

Face à agenda que nos é proposta, desejaria referir-me de modo breve a alguns problemas que ocupam a atenção desta Assembleia e parecem configurar três preocupações fundamentais desta Organização: defesa e manutenção da paz e segurança internacionais; / prosseguimento do reforço descolonizador; / e promoção de um ordenamento internacional mais justo e estável.

Diversos são os temas que, ano após ano, num ritual que apenas recorda a nossa comum incapacidade, são aqui debatidos sem os resultados concretos que as expectativas legítimas dos povos directamente envolvidos exigiriam e a própria comunidade internacional ameaçada estaria em posição de construir. Neste quadro negativo se insere a complexa situação do Médio Oriente que continua a constituir grave perigo para a paz e segurança mundiais e a ser factor de conflito no próprio seio da família árabe.

Ligado pela história e pela cultura aos povos afectados, o meu país tem por repetidas vezes insistido na necessidade de ser encontrada uma solução global, justa e duradoura que garanta a todos os Estados da área o direito à existência e à paz dentro de fronteiras reconhecidas e respeitadas; conduza à retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967, bem como ao desmantelamento dos colonatos que ali ergueu; e assegure a concretização efectiva dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, injustamente fracturado numa diáspora tantas vezes marcada pelo sangue, perseguição e desespero.

Portugal — que presidiu recentemente à Comissão do Conselho de Segurança sobre os territórios Árabes Ocupados desejaria deixar aqui o seu claro testemunho acerca das crescentes expectativas e ansiedade da gente palestiniana para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma Pátria a que livremente se acolha e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações.

Assim, tendo acompanhado com natural interesse as iniciativas de diálogo entretanto assumidas e que — substituindo o argumento armado ao debate pacífico

procurar am abrir um caminho de aproximação, o meu país considera todavia que nenhuma solução estável e definitiva poderá ser encontrada enquanto permanecer a divisão presente e que, só a participação empenhada de todas as partes envolvidas levará à paz global que se pretende.

Ao mesmo tempo, e ainda neste quando, não poderemos deixar de referir a condenável situação prevalecente no Sul do martirizado Líbano cuja integração territorial continuada a ser frequentemente violada, não obstante a presença corajosa e positiva da Força de paz das N.U. ali estacionada.

Área de confronto de vitais interesses económicos, políticos e estratégicos, onde quase sempre a batalha emocional, ideológica, ou até um compreensível medo partilhado à escala nacional, têm triunfado sobre a razão, o Médio Oriente continua a ser uma fronteira frustrante para uma paz que importa restaurar no respeito da letra e do espírito das resoluções básicas que sobre este problema as N.U. têm aprovado.

A situação no Sudeste Asiático constitui outro foco de tensão e instabilidade numa zona que a guerra enlutou durante longos anos e cujas expectativas de paz se vêm de novo proteladas. Portugal considera que a normalização da área implica um esforço de concertação e de compromisso dos países em conflito, (no respeito dos princípios básicos das N.U.) não aceitando que considerações sócio-políticas justifiquem em qualquer caso a invasão do território de um Estado soberano por forças de outro Estado.

Neste contexto, parece-nos ainda indispensável a solução do problema do Kampuchea num quadro que tenha em conta a necessidade de dotar o país de um governo autenticamente representativo e livre da influência de qualquer presença militar estrangeira.

Mayas
árabe
Líbano

de discutir ou não

Por outro lado, a sistemática violação dos mais elementares direitos humanos nesta zona — de que o regime de Pol Pot tem esmagadoras responsabilidades — continua a preocupar-nos, bem como a dramática situação dos refugiados dela provenientes. A recente Conferência realizada sob a égide das N.U. em Genebra foi um primeiro mas ainda precário passo para atenuar um problema que põe à prova a íntima sensibilidade moral das nações.

Com sacrifício, Portugal tem prestado — em Macau — até ao limite das suas possibilidades, ajuda material a alguns milhares de refugiados. Mas entende que, face à tragédia humana que este problema revela, os países directamente responsáveis têm o dever de procurar indagar e eliminar as verdadeiras causas de um êxodo que constitui factor de funda perturbação no Continente Asiático.

Fundação Cuidar o Futuro

Outros focos de perigosa instabilidade se registam em Chipre e na vertente Sahariana do Magreb.

Quanto ao primeiro, e apesar do inicial e ainda recente sucesso das importantes iniciativas de mediação do Secretário Geral, mais uma vez a situação parece apresentar sinais de negativo impasse. Face aos riscos que dela decorrem, consideramos que apenas a vontade livremente expressa — e sem interferências de Estados estrangeiros — da população da ilha, poderá assegurar e defender a soberania, independência e integridade do país e concorrer para o desanuviamento da área.

Relativamente à luta que vem ensanguentando a zona do Sahara Ocidental, acreditamos que a tradicional sabedoria dos povos da região saberá encontrar uma fórmula que conduza a um estável entendimento das partes envolvidas. Especialmente ligado pela história e pelo sangue — e até pela proximidade geográfica — às gentes que hoje ali se digladiam, considera Portugal ^{que} nenhuma solução definitiva poderá deixar de ter em conta a real vontade do povo saharauí. À presente realidade — que não se poderá escamotear — de uma confrontação e luta cada vez mais amplas, importa contrapor um espírito de entendimento preferentemente num quadro inter-africano. O meu país aguarda que sejam coroados de êxito os esforços no sentido de se estabelecer um diálogo entre todas as partes envolvidas, até porque — a sua própria experiência o recorda — nada de positivo se poderá construir no isolamento ou na intransigência.

Das diversas tarefas que as N. U. têm cumprido, a descolonização e a defesa da auto-determinação dos povos têm ocupado lugar significativo e revelado as potencialidades da sua efectiva capacidade de intervenção moral. Permanecem porém algumas situações coloniais que afectam a estabilidade internacional e desafiam a consciência das nações. Assim ocorre na África Austral, onde na Namíbia e no Zimbabwe persistem ordenamentos políticos ilegais que não só têm impedido a livre auto-determinação das respectivas populações, como ainda estão na raiz de condenáveis ataques a países vizinhos a que nos ligam laços de especial solidariedade.

Espera o Governo Português que os esforços diplomáticos empreendidos no quadro das N. U. para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia possam em tempo breve conduzir à independência deste país, no inteiro respeito das respectivas unidade e integridade territoriais, e da vontade livremente expressa de todas as suas forças políticas.

De igual modo, o meu Governo acompanha com justa expectativa a iniciativa diplomática decidida na última reunião do Commonwealth com fim de pôr termo ao regime rebelde e à situação no Zimbabwe. Porque também aqui conhecemos por anterior e dolorosa experiência própria o dramático e negativo ciclo da intransigência política em similares circunstâncias, observamos com apreensão a trágica luta que continua a enlutar o território e temos esperança de que na presente Conferência de Londres se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade sem injustas tutelas de minorias internas.

Outro aspecto da mesma realidade negativa prevalecente nesta área, revela-se na continuação do sistema do "apartheid", de que o recente estabelecimento de mais um bantustão — significativamente apenas reconhecido pelos seus próprios criadores — constitui infeliz prova de persistência. Portugal, a cujo povo sempre repugnou qualquer discriminação assente em factores rácicos, reitera com firmeza a sua condenação desta prática política e social que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano.

Também a um outro povo, — o de Timor Leste —, este directamente ligado ao meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à auto-determinação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por esta Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pode até agora exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de por si só inverter a situação injusta ali criada.

O meu país, face ao bloqueamento do problema e à paralisia das Nações Unidas em o solucionarem, tem acompanhado com crescente mágoa e preocupação a sorte do povo de Timor Leste e as precárias condições em que o seu presente se processa. E, porque tem consciência do dever moral que lhe cabe na defesa do futuro desse povo, Portugal — que mais uma vez insiste pelo cumprimento das resoluções já aprovadas — não deixará/esgotar ^{de} as iniciativas que dentro do espírito da Carta possam, por sua parte, contribuir para uma maior normalidade e justiça da vida das populações de Timor-Leste.

Estreitamente afins destas situações de conflito latente ou aberto, onde se joga uma parte importante do progresso moral da Humanidade, dois domínios existem que devem continuar a merecer atenção prioritária por parte das N.U.. Refiro-me ao esforço de desarmamento e à necessidade de promover uma defesa global e eficaz dos direitos humanos.

Fundação Cuidar o Futuro

Inserido numa delicada área geo-estratégica, tem Portugal cumprido activamente ^e com rigor, no quadro das alianças a que se encontra ligado as suas obrigações para com a manutenção da segurança internacional e defesa do seu próprio território. Porém, nação profundamente pacífica e tolerante, cuja Constituição inscreve o desarmamento geral como finalidade básica, o meu país segue com particular atenção as diversas situações de desestabilização internacional, o adensamento da ameaça nuclear e a multiplicação dos programas de armamento. Assim, tem colaborado com especial interesse nos importantes esforços realizados pelas N.U. a favor de uma estratégia de desarmamento, congratulando-se pelo quadro de trabalho estabelecido pela sessão especial da Assembleia Geral que se ocupou desta matéria. Na verdade, embora estejamos ainda longe de resultados que nos

?
 tranquilizem e criem um clima de geral cooperação favorável a uma segurança desarmada, começa todavia a ganhar raízes a consciência internacional de que urge reduzir drasticamente as despesas militares em favor de esquemas de desenvolvimento humano e de entendimento entre as nações.

[
 Conhecemos a complexidade e melindre das negociações de desarmamento e não esquecemos o legítimo direito dos Estados de garantir a sua segurança. Mas impõe-se com crescente força o imperativo moral — e também pragmático — de se criar o espírito e os mecanismos adequados em ordem a substituir a latente hostilidade que hoje separa vastas áreas do globo por um ambiente de confiança e mútuo respeito. Só assim se conseguirá transferir para objectivos de progresso humano larga parte dos recursos técnicos e financeiros que a indústria de armas agora mobiliza.

Fundação Cuidar o Futuro

Nesta perspectiva, o meu país aplaude as negociações SALT entre as duas grandes potências, cuja continuação e respectivo alargamento poderão constituir significativo passo para um efectivo desanuviamento internacional.

[
 De igual modo, Portugal tem oferecido particular atenção às iniciativas encorajadas por esta Organização no sentido de serem estabelecidos esquemas regionais de segurança, conforme ocorre com a Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia. Neste plano, as reuniões já realizadas em Helsínquia, Genebra, e Belgrado, — adequadamente assentes numa estrutura de trabalho horizontal onde os pequenos e médios países têm tido um "forum" marcado pela igualdade —, vêm abrindo um caminho valioso para o estabelecimento de uma atmosfera de melhor convívio numa Europa ideologicamente dividida.

Assim, é com particular esperança que Portugal aguarda a próxima reunião em Madrid, já que o activo interesse, virtudes nacionais e a ampla experiência histórica de Espanha, país irmão e ibérico, poderão dar novo impulso para a normalização das relações no espaço europeu e para o reforço do diálogo, do desanuviamento e da cooperação na Europa.

Paralelamente aos esforços a favor do desarmamento e de uma segurança mais extensiva, haverá que defender a outra face do progresso humano: isto é, garantir ao homem o livre e responsável exercício dos seus direitos fundamentais: civis, políticos, económicos, culturais e sociais. Com efeito, persistem ainda no mundo extensas manchas causadas pela violação dos direitos humanos, quer através duma forma clara e primária, quer já mediante subtis e insidiosas maneiras. É este um problema directamente ligado à ética internacional, que não obstante o seu carácter universal continua a defrontar a barreira das fronteiras de cada Estado. Pensamos porém que a protecção dos direitos do Homem não poderá ficar apenas à guarda das jurisdições internas dos países, nem tão pouco que a discussão sobre situações concretas de violação corresponda necessariamente a ilegítima ingerência. Pois, se temos consciência da necessidade de evitar que este tema se embarace no choque de interesses político-ideológicos, ou se afaste dos princípios gerais do direito internacional, consideramos que a violação sistemática dos direitos humanos — onde quer que ocorra — constitui claro factor de instabilidade e insegurança que ultrapassa largamente a esfera interna dos respectivos Estados. Portugal, que vem incorporando nas suas leis e na prática do país os princípios básicos em que assenta a protecção daqueles direitos, continuará a oferecer a sua activa colaboração aos esquemas que esta Organização promova para pôr termo às diversas situações em que a dignidade humana — nas suas várias faces — seja ameaçada.

Não se estranhará também que olhemos com apreensão o alargamento do fosso que separa os países desenvolvidos das nações em vias de desenvolvimento. Esta situação de desigualdade tende infelizmente a ampliar-se no difícil período que a economia mundial atravessa e, não obstante os esforços feitos no seio desta Organização, a próxima Terceira Década de Desenvolvimento das N.U. deparará com o agravamento da diferença de rendimentos e oportunidades individuais em que a Comunidade das Nações se acha dividida.

Com efeito, apesar da consciência generalizada da imperiosa necessidade de encontrar um plano de cooperação que reduza diferenças, assegure flexibilidade ao comércio e finanças internacionais, estabilize os termos de troca das matérias primas e produtos acabados e discipline a utilização dos recursos naturais, os resultados até agora obtidos são francamente frustrantes.

Plenamente consciente da urgência em estabelecer com determinação uma Nova Ordem Económica Internacional que abra o caminho para um maior e mais equitativo progresso económico e para uma mais larga justiça social, o meu país tem participado nas várias reuniões que sobre o tema se vem realizando. Porém, quinze anos após a primeira sessão da UNCTAD poder-se-á dizer que, mau grado os progressos registados, os países em desenvolvimento continuam a defrontar os sérios obstáculos de uma ordem económica cujas estruturas não correspondem às necessidades e complexidades do tempo presente, nem às suas legítimas expectativas.

Assim, Portugal — cuja posição económica intermédia lhe confere lugar especial neste debate — espera que o diálogo Norte-Sul ganhe novo impulso,

subtraindo-se às paralisias que hoje dificultam a busca de um caminho de cooperação nos problemas centrais das relações económicas entre as nações. Para tanto, importa que os países desenvolvidos detentores dos reais centros de decisão da economia internacional e os países em desenvolvimento, que a presente situação vem afectando, encontrem uma sincera vontade política de compromisso que concorra para a criação de um sistema de segurança económica colectiva indispensável para uma maior estabilidade mundial.

Só assim pela harmonização dos interesses Norte-Sul, pelo abandono de privilégios ilegítimos de uns, ou de posições irrealistas de outros, se conseguirá edificar um ordenamento efectivamente novo, conciliador de estruturas e realidades económicas, políticas e sociais diversas, e se garantirá um mais equilibrado crescimento e uma mais sólida retomada do progresso económico global.

Fundação Cuidar o Futuro

Gostaria de referir-me ainda às negociações em curso na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O facto de se ter chegado já a acordo sobre um calendário para a última etapa das negociações em 1980 e para a formalização do texto integrado oficioso constitui um progresso importante com que nos congratulamos.

A incorporação numa futura convenção de princípios como o do "património comum da humanidade" e de um sistema de exploração de uma importante área marítima baseada em tal princípio; à procura de soluções jurídicas visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos à escala mundial ou regional — seja no plano do regime das zonas económicas exclusivas, seja para a transferência de tecnologia marinha — fornecem, de facto, precedentes de grande alcance para o futuro

das regras que deverão reger as relações internacionais, e são um passo positivo na construção de uma nova ordem mundial.

Para nós, a formalização da Convenção possível neste momento é preferível a qualquer adiamento na perspectiva de um tratado mais perfeito.

Isto não quer dizer que não estejamos consciente de que não menos importante é o modo como os Estados se dispõem a implementar a Convenção. Tornase por isso necessário que o diálogo e a concertação mútua entre os Estados prossiga para além do termo das negociações: nesta ordem de ideias se inserem as propostas apresentadas pela Delegação de Portugal na III Conferência para a realização de Assembleias Periódicas em que se possa avaliar a maneira como a Convenção está sendo aplicada, identificando eventuais dificuldades e tomar as medidas que se imponham — sem prejuízo da estabilidade de um regime tão longamente discutido. Um papel igualmente significativo deverão desempenhar as organizações especializadas do sistema das Nações Unidas na promoção da concertação entre os Estados membros para que sejam aproveitados todos os benefícios das aplicação da Convenção e das oportunidades abertas em especial aos países menos desenvolvidos. Portugal procurou desempenhar um papel activo na Conferência, desde 1974, na sua qualidade de país marítimo, mas também de país medianamente desenvolvido e que, pelo seu carácter intermédio, reúne condições favoráveis para promover iniciativas destinadas a vencer os antagonismos com que por vezes se confrontam as negociações internacionais. Neste espírito, o Governo Português propôs Lisboa para sede uma das instituições que venham a ser criadas como resultado da futura Convenção, dispondo-se a contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para a realização de uma ordem marítima mais justa.

to muel

Fundação Cuidar o Futuro

Senhor Presidente

Comecei por sublinhar a importância que as Nações Unidas têm assumido na prevenção e resolução de conflitos, e o impulso decisivo que ao longo da sua existência ela tem oferecido a ideias e aspirações humanas que, com o seu concurso, são hoje património comum do mundo em que vivemos.

Importa porém recordar que estamos perante um tempo de activa mudança, onde as relações entre Estados e Povos se processam num quadro complexo e instável que vem alterando irreversivelmente a ordem internacional tecida desde os dias difíceis do após-guerra.

E embora permaneça profunda a polarização de forças ligadas aos blocos de poder mundial, a emergência de outros centros de decisão periféricos e de formas latentes de poder - assentes na mera posse de recursos naturais ou até em factores religiosos - tornam cada vez menos preciso o desenho traçado pelo confronto ideológico que caracterizou as três últimas décadas.

Paralelamente, a intervenção na cena internacional de um grupo numeroso de novas nações, finalmente descolonizadas e libertas, veio provocar uma extensa alteração qualitativa nos precedentes equilíbrios de poder, impor a consideração de novos temas e tornar mais partilhadas as anteriores responsabilidades.

/...

Com efeito, vivemos hoje num mundo interdependente e dinâmico, onde não mais é possível confinar os fenômenos políticos, econômicos ou culturais no interior das fronteiras em que ocorrem. A aceleração do intercâmbio de conhecimentos e informações causada pelo progresso tecnológico destruiu os muros que a natureza ou a sociedade antigamente erguiam: para além da diversidade das nossas crenças, do antagonismo das nossas opções ideológicas, da variedade das nossas culturas, somos - todos - intima e irremediavelmente solidários na construção do futuro comum.

Cabe assim à Organização das Nações Unidas assumir o desafio deste novo período, sob pena de ficar marginalizada e impotente perante a tarefa histórica que hoje se abre à lucidez e sabedoria das nações.

Fundação Cuidar o Futuro

Com efeito, é urgente a edificação de uma nova ordem internacional que, substituindo o precário equilíbrio presente dê resposta às legítimas expectativas de progresso humano global e ponha termo às diferenças cada vez mais amplas e injustas entre os povos que prosperam no Norte e aqueles que padecem ao Sul.

Cresce igualmente a consciência de que os presentes desequilíbrios internacionais abrangem perigosamente quase todos os aspectos da vida e relacionamento entre as nações. Não se trata apenas - e seria já muito - de problemas de pobreza, fome ou saúde, ou do acesso equitativo a mercados e recursos. Mas sobretudo do injusto desaproveitamento de vastas capacidades criadoras de muitos povos que, vegetando no limiar da sobrevivência, se encontram ainda longe do patrimônio acumulado do conhecimento

intelectual, científico e tecnológico da Humanidade. Ao mesmo tempo, as distorções existentes, e uma certa arrogância de que a nossa cultura poucas vezes se desprende inteiramente, têm impedido que - ao contrário do que em tempo antigo ocorreu - se processe com eficácia e em plano horizontal um intercâmbio de experiências humanas para uma melhor vida comum. O desenvolvimento que se pretende não pertence apenas ao fóro económico, antes devendo encarar uma outra qualidade de vida que procure satisfazer aspirações fundamentais: de ordem humana, social e cultural.

Para tanto, todavia, importa não perder de vista o horizonte do real se não nos quisermos enlear em debates abstractos, trocando utopias ou construindo dilacções. Haverá com efeito que ser pragmático, criando as condições, entendimentos e diálogos que permitam o estabelecimento de um consenso e evitem que bloqueamentos ideológicos, rivalidades políticas, ou intransigências de interesses, anulem esforços e expectativas.

Porque - será realista recordá-lo - nada se ganhará em ambiente de confronto: a nova ordem internacional só será sólida se reunir o consenso - lento embora - das nações que irá disciplinar, ou se não reflectir a vitória imposta por um grupo de países contra outros.

Na verdade, para podermos avançar em direcção a objectivos de desenvolvimento humano, paz, segurança e equidade económica, não poderemos naturalmente esquecer a difícil realidade objectiva que nos diversos

domínios compõe o mundo concreto e fracturado dos nossos dias; nem tão pouco iludir a constatação de que a Comunidade das Nações se encontra ainda afastada - no espirito, na prática e até no ânimo - de um quadro, mesmo que modesto, de boa vontade. Mas se, sabemo-lo bem, para pouco contribuíram aqui idealismos excessivos, consideramos todavia existir um largo e possível campo de convergência de interesses e vantagens que poderá permitir, em clima de flexibilidade e transacção, começar a dar corpo às legítimas aspirações de uma vida internacional mais justa e estruturada. É precisamente esta tarefa decisiva que o presente período parece impôr às Nações Unidas: evitando isolamentos ou radicalizações, cabe-lhe criar os mecanismos de encontro e discussão, aperfeiçoar os sistemas e regras que os estruturem e lhes dêem força concreta, dinamizar e concertar as vontades políticas que possibilitem os seus progressos, proceder ao exame critico dos modelos de desenvolvimento presentes ou propostos.

A linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável, já que - conhecem-no com clareza uns e outros - a alternativa nem é moralmente limpada, nem tão pouco tranquilizadora. Por isso, a consciência da necessidade de um novo ordenamento internacional - do político ao económico; do social ao cultural - embora ainda no começo, vai ganhando amplitude. E nem por tratar-se de um objectivo distante, quase na vertente da utopia deveremos abandoná-lo ou dele desistir; também outras batalhas encetadas por esta Organização - como a descolonização - pareciam no início impossíveis ou insensatas, pouco mais que meras apostas no futuro.

O que está em jogo não é somente uma mudança da forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre Povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos - pacientemente - desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida o rosto moral que vem faltando ao relacionamento entre as nações.

Fundação Cuidar o Futuro